

EDITORIAL

A terceira edição deste ano de 2025 da Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP) é composta por 8 (oito) artigos e 1 (uma) resenha e, certamente, vem com a perspectiva de enriquecimento dos debates no âmbito das Ciências Policiais e Segurança Pública, com uma diversidade de temas, variantes desde questões operacionais às dimensões estratégicas e políticas.

O primeiro artigo, intitulado *Autoritarismo afetivo e soberania seletiva: quando a imagem substitui a lei e o cassete se torna réu*, de autoria de Clodoaldo Matias da Silva; Cláudio Sérgio Matias da Silva; Tiago Mendes de Souza; e Janderson Gustavo Soares de Almeida, aborda as transformações contemporâneas no exercício da soberania estatal, com ênfase na emergência do autoritarismo afetivo e na legitimação punitiva por meio da imagem, através de discursos mobilizados por medo, ressentimento e comoção que operam seletivamente a repressão penal, desestabilizando os fundamentos da legalidade democrática. Liciane Coutinho de Paula escreve o segundo artigo, com o título *Os protocolos de ocorrência envolvendo povos indígenas: análise no Mato Grosso, Maranhão e Paraná*, e nele analisa os protocolos de atendimento policial em territórios indígenas nos estados de Mato Grosso, Maranhão e Paraná, identificando desafios e com propostas de melhorias para a construção de um documento orientador nacional. O terceiro artigo, cujo título é *Policial Penal sob a Lei de Abuso de Autoridade: riscos jurídicos, dilemas operacionais e estratégias de proteção institucional*, de autoria de Leonardo Adriano da Silva Souza; Pedro Giordano de Faria e Cicarelli; e Renato Pires Moreira, analisa os impactos jurídicos, institucionais e operacionais da Lei nº 13.869/2019 sobre a atuação dos policiais penais no Brasil, destacando os riscos de responsabilização funcional e os dilemas enfrentados nas rotinas prisionais, identificando-se as principais vulnerabilidades jurídicas desses profissionais e as estratégias utilizadas para mitigar os riscos com proposição de soluções que conciliem legalidade, eficácia operacional e respeito aos direitos fundamentais. *Percepção de segurança no Paraná: análise de fatores associados a partir de um inquérito online gamificado* é o título do quarto artigo, de autoria de Leandro de Souza Lopes e Ana Paula Bosio Lopes, em que se analisa a percepção de segurança pública da população do estado do Paraná em 2025, com investigação de suas variações demográficas e geográficas em um cenário de acentuada queda nos índices oficiais de criminalidade, através de um inquérito *online* (*survey*) com 972 residentes do estado, através de aplicação de questionário estruturado, e coleta através da estratégia de gamificação e exibição de um painel de resultados em tempo real para aumentar o engajamento dos participantes. O quinto artigo, de autoria de Luciano Rostirolla, de título *O espaço dos maiores estabelecimentos penais do Brasil sob a ótica dos preceitos fundamentais do preso*, avalia o espaço dos maiores presídios do Brasil sob a ótica dos preceitos fundamentais estabelecidos da Lei de Execuções Penais e Constituição Federal, através de análise de correspondência múltipla (ACM) comparando o tratamento dos detentos e cumprimento das garantias constitucionais e direitos fundamentais ofertados. Victor Hugo Cabelho, no sexto artigo, de título *Força Tática e Grupo de Apoio: duas faces de uma mesma moeda*, analisa as tensões institucionais e os efeitos sociológicos associados ao discurso, recorrente na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), de que as Unidades de Força Tática deveriam estar vinculadas exclusivamente aos municípios-sede dos Comandos Regionais, quais implicações esse enunciado

produz na organização do patrulhamento tático e em que medida ele contribui para a emergência e consolidação dos Grupos de Apoio (GAP) subordinados aos comandantes de batalhão. O sétimo artigo, *Breves considerações sobre a saúde mental e segurança pública*, de autoria de Brena Talita Biana da Silva e Renato Pires Moreira, analisa criticamente o papel dos Estados na formulação, implementação e monitoramento de políticas de cuidado psicológico, à luz da competência concorrente prevista na Constituição de 1988 e da integração necessária com o Sistema Único de Saúde (SUS), em relação à saúde mental de profissionais de segurança pública que se consolidou como eixo estratégico da política de proteção social no Brasil, diante de taxas persistentes de adoecimento psíquico e de suicídio entre policiais civis e militares. Sidcley Rodrigues do Amaral e João Batista da Silva são os autores do oitavo artigo, de título *Incentivo institucional para pesquisas em Segurança Pública no Brasil*, em que analisam se há fomento institucional suficiente para sustentar o protagonismo do pesquisador policial-militar na produção do conhecimento das Ciências Policiais no Brasil, considerando a consolidação recente do campo e a necessidade de delimitação conceitual compatível com a ordem pública - entendida de modo abrangente, com integração da segurança, tranquilidade e salubridade públicas. A edição se encerra com a resenha feita por Renato Pires Moreira, do livro *A inteligência e a gestão da informação policial: conceitos, técnicas e tecnologias definidos pela experiência profissional e acadêmica*, de Celso Moreira Ferro Júnior, publicado pela editora Fortium de Brasília (2008), obra considerada um marco na sistematização da atividade de inteligência de segurança pública no Brasil, articulando conceitos doutrinários, práticas institucionais e tecnologias aplicadas à produção de conhecimento.

O nosso compromisso de difundir conhecimento qualificado de maneira ampla e irrestrita (acesso aberto), com favorecimento à democratização do conhecimento, permanece em cumprimento à utilidade pública do Instituto Brasileiro de Segurança Pública.

Boa leitura!

Cuiabá – MT, dezembro de 2025.

Prof. Dr. Edson Benedito Rondon Filho
Editor Geral da RIBSP.